o Art. 35, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno e 366, do mesmo estatuto regimental, determina a substituição do Deputado Saturnino Masson pelo Deputado Emanuel Pinheiro como membro da Comissão Especial criada com a finalidade de realizar estudos sobre o transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Mato Grosso, constituída por meio do Ato nº 046/15, Diário Oficial do dia 27.08.15.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 1º de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

ATO Nº 061/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno, combinado com dispositivos da Lei nº 8.352, de 11.07.05, alterada pela Lei nº 8.529, de 25.07.2006, cria a Câmara Setorial Temática com o objetivo de estudar, acompanhar, discutir e propor medidas em defesa das Comunidades Terapêuticas de Tratamento de Dependência Química, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, e designa os Senhores Carlos Dornellas, Presidente; Sérgio Túlio Miguéis Jacob, Relator; Paulo Sérgio da Costa Moura, Sônia Cardoso de Souza Júlio, Valdete Zocke, Bruno Willames Cardoso, Wagner Cesar Fachone, Mario Roberto Kono, Roberto Tadeu Vaz Curvo, Naila Cristina de Souza, Carmem Sílvia Gimenez Siqueira Gonçalves, Delma Perpétua Oliveira de Souza, Fátima Suely Peralta Bezerra, Marcos Antonio Jukolovski, Helio Silva Fonseca, Alonso de Alcantara Moura, Denis Pereira Nardes, Gislaine Rodrigues da Silva Neves e Benedita Pereira Neres Barbosa de Souza, membros.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 18 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

ATO Nº 063/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno e em atendimento ao disposto no Art. 36, § 4º, da Constituição Estadual e no Art. 495 do Regimento Interno, designa os Senhores Deputados: Emanuel Pinheiro, Nininho, Wilson Santos, Eduardo Botelho e Cel. Taborelli para comporem a Comissão Representativa desta Casa de Leis durante o recesso parlamentar.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 16 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

ATO Nº 064/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno, prorroga pelo período de 180 (cento e oitenta) dias o prazo de funcionamento da Câmara Setorial Temática, constituída nos termos do Ato nº 031/15, publicado no Diário Oficial do dia 24 de junho de 2015, com o objetivo de avaliar, acompanhar, discutir e propor medidas referentes à situação tributária do Estado de Mato Grosso.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 18 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

ATO Nº 065/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno, prorroga pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de funcionamento da Câmara Setorial Temática, constituída nos termos do Ato nº 030/15, publicado no Diário Oficial do dia 12 de junho de 2015, com o objetivo de avaliar, acompanhar, discutir e propor medidas referentes ao processo de regularização fundiária da área de terras denominadas "4 Reservas", localizada nos Municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita e; à redefinição dos limites da Reserva Extrativista Guariba- Roosevelt, localizada no Município de Colniza, previstos no Decreto nº 59, de 13 de abril de 2015.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 18 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

RESOLUÇÃO Nº 4.415, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Deputado Alexandre Cesar

Altera dispositivos da Resolução nº 3.575, de 12 de fevereiro de 2014, que criou a Comissão da Verdade.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 171 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Os Arts. 3º, 4º, 6º e 13 da Resolução nº 3.575, de 12 de fevereiro de 2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º A Comissão da Verdade terá prazo até o dia 15 de dezembro de 2016 para conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações."

"Art. 4º A Comissão da Verdade será composta de forma pluralista por 07 (sete) membros, designados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, sendo 03 (três) parlamentares identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como o respeito aos direitos humanos, e 04 (quatro) dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, residentes no Estado de Mato Grosso, sob a presidência de um dos membros da sociedade civil."

(...)

"Art. 6º A participação na Comissão da Verdade será considerada serviço público relevante, não remunerado, garantido o ressarcimento pelas despesas decorrentes de suas atividades, conforme solicitação e justificativa em expediente administrativo próprio."

(...)

"Art. 13 A Mesa da Assembleia Legislativa regulamentará a participação dos servidores de seu quadro na Comissão da Verdade, bem como poderá requerer servidores de outros órgãos ou Poderes, mediante cessão, visando à obtenção positiva de sua finalidade."

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do Art. 14.

Art. 3º A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa baixará os atos complementares necessários à execução desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 03 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente
Dep. Nininho - 1º Secretário
Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

EXTRATO CONVÊNIO Nº 005/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei nº 8.666/93 e suas alterações que efetuou o seguinte Convênio: Espécie: Convênio nº 005/2015

Contratada: Associação Municipal da Organização Mundial para Educação Pré - Escolar OMEP/BR/MT/CBÁ

Objeto: Projeto Assembleia Itinerante

Vigência: 12 meses
Valor: R\$ 995.000,00
Fonte: 100

Proj. Atividade: 2007
Elem. despesa: 3.3.90.00
Ratificação: Mesa Diretora -09/12/2015
Presidente: Guilherme Maluf
1º Secretário: Ondanir Bortolini - Nininho

EXTRATO CONVÊNIO Nº 006/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei nº 8.666/93 e suas alterações que efetuou o seguinte Convênio: Espécie: Convênio nº 006/2015

Contratada: Associação Casa de Guimarães

Objeto: Projeto Assembleia Itinerante

Vigência: 12 meses
Valor: R\$ 943.080,00
Fonte: 100

Proj. Atividade: 2007
Elem. despesa: 3.3.90.00
Ratificação: Mesa Diretora -09/12/2015
Presidente: Guilherme Maluf
1º Secretário: Ondanir Bortolini - Nininho

EXTRATO DE ADESÃO CARONA 027/2015

PARTES: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT e a empresa SERPREL Assessoria em Administração Pública Ltda
OBJETO: Contratação de empresa de fornecimento de tecnologia de

Serviço, calculado sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 04, de 15.10.1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 16.04.1996, que dispõe:

"Art. 86 O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 2% (dois por cento), por ano de serviço público estadual, incidente sobre o vencimento-base do cargo efetivo, até o limite de 50% (cinquenta por cento)".

"§ 1º O servidor fará jus ao adicional a partir do mês imediato àquele em que completar o anuênio, independente de requerimento".

MAT.	SERVIDOR	Percentual pela Lei 42/96	A partir de:
26680	SERGIO MAURICIO CAPITULA	34%	01.01.2016
26644	HELIO TITO SIMÕES DE ARRUDA	36%	01.01.2016
41066	ALEXANDRE PEDERSOLI	2%	01.01.2016
41071	AMANDA MARIA VIEIRA RAMALHO	2%	09.01.2016
41072	BRUNO CASTRO PINI	2%	09.01.2016
41080	DENYS GABRIEL DE ARAÚJO SILVA	2%	16.01.2016
41070	DIEGO CONINGHAM DE SIQUEIRA	2%	02.01.2016
41074	DIEGO OLSOM RANGEL	2%	09.01.2016
41067	FELIPE BENEVIDES POYER	2%	01.01.2016
41081	FERNANDA DE PAULOS	2%	18.01.2016
41078	GUILHERME GOES DE MATTOS	2%	16.01.2016
41075	JORAIR ALBERTO	2%	09.01.2016
41082	LAIS TSUDA DE SÁ	2%	29.01.2016
41073	LUANA DA SILVA E SOUZA IKEDA	2%	09.01.2016
41076	PRISCILLA CHIANCA FAVA	2%	10.01.2016

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMpra-SE.

Sala das Reuniões, em Cuiabá, 15 de dezembro de 2015.

Dep. **GUILHERME MALUF** Presidente
Dep. **ONDANIR BORTOLINI "NININHO"** 1º Secretário

ATO Nº 365/2015

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

Retificar, em parte, o Ato nº 339, de 06/11/2015, publicado no D.O de 17/11/2015, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"... Nomear, em caráter efetivo, a Senhora TALITA CRISTINA BANDEIRA DE FIGUEIREDO,..."

Leia-se:

"... Nomear, em caráter efetivo, a Senhora TALITA CRISTINA BANDEIRA DE FIGUEIREDO,..."

REGISTRADO, PUBLICADO E CUMpra-SE.

Sala das Reuniões, em Cuiabá, 04 de dezembro de 2015.

Dep. **GUILHERME MALUF** Presidente
Dep. **ONDANIR BORTOLINI "NININHO"** 1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4.411, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Deputado Wilson Santos

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao senhor Aldir Schneider.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 171 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao senhor Aldir Schneider.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 1º de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente
Dep. Nininho - 1º Secretário
Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4.412, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Deputado Wilson Santos

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Marco Aurélio Marrafon.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 171 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Marco Aurélio Marrafon.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 1º de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente
Dep. Nininho - 1º Secretário
Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4.413, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Deputado Guilherme Maluf

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Valdir Moysés Simão.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 171 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Valdir Moysés Simão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 1º de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente
Dep. Nininho - 1º Secretário
Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Mesa Diretora

Concede licença aos Excelentíssimos Senhores Governador e Vice-Governador do Estado, José Pedro Gonçalves Taques e Carlos Henrique Baqueta Fávoro, para ausentarem-se do País.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência exclusiva a que se refere o Art. 26, III, combinado o § 1º do Art. 64, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida licença aos Excelentíssimos Senhores Governador e Vice-Governador do Estado, José Pedro Gonçalves Taques e Carlos Henrique Baqueta Fávoro, para ausentarem-se do País, em datas a serem definidas durante o ano de 2016.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 02 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente
Dep. Nininho - 1º Secretário
Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

ATO Nº 060/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere

informação (software) especializado em atendimento de serviços contábeis e de gestão, assim como a prestação dos serviços especializados necessários a conservação de banco de dados, implantação de ferramentas, treinamento de serviços e o fornecimento do suporte e orientação técnica ao funcionamento de serviços e atividades atendidas com a utilização de ferramentas de gestão

DO FUNDAMENTO: Adesão de Ata de Registro de Preços Nº 046/2014 do Pregão Presencial 055/2014 da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT

DA VIGÊNCIA: à partir da data de assinatura do contrato por um período de 12 (doze) meses, conforme Lei Nº 8.666/93

DATA: 23/11/2015

ASSINAM:

GUILHERME MALUF

Presidente da Mesa Diretora AL/MT

CONTRATANTE

DNIVAL PAES MORAES

Representante Legal

CONTRATADA

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 027/2015/PGR/AL

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0018-50, com sede na Rua Estevão de Mendonça, 830, bairro Quilombo, CEP 78.043-405, neste ato representada pela Procuradora-Chefe Substituta, Doutora **VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGNANI** e **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, órgão público estadual, inscrita no CNPJ sob o N.º 03.929.049/0001-11, com sede nesta Capital, na Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, S/N, CEP 78.049-065, doravante denominada AL/MT, neste ato representada por seu Presidente, Deputado **GUILHERME MALUF**, celebram, em observância às normas do Art. 37, V, da Constituição Federal, Art. 119, da Lei Estadual nº 04, de 15.10.1990, da Lei Federal nº 8.112/90, artigos 20, parágrafo 3º e 93, parágrafos 1º e 2º, c/c parágrafo 5º; e, ainda, da Portaria PGR/MPU n.536, de 24 de outubro de 2008.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Termo tem por objetivo instituir entre os partícipes a cooperação mútua para o reembolso da remuneração do servidor cedido **WILLIAM CARLOS DE ANDRADE DEL LLANO**, nos moldes do Art. 37, V, da Constituição Federal, Art. 119, da Lei Estadual nº 04, de 15.10.1990, dos artigos 20, parágrafo 3º, 93, parágrafos 1º e 2º, c/c parágrafo 5º, da Lei Federal nº 8.112/90; e, ainda, artigo 4º da Portaria PGR/MPU n.536, de 24 de outubro de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

2.1. O ônus da remuneração do servidor cedido ficará a cargo do órgão cedente, ficando o órgão cessionário responsável pelo **reembolso** da remuneração do servidor cedido.

2.2. A remuneração do servidor cedido será a mesma a que se faz jus no cargo ocupado no órgão cedente, com os referidos descontos previdenciários e fiscais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O órgão **CEDENTE** enviará mensalmente ao órgão **CESSIONÁRIO** o valor a ser reembolsado, discriminado por parcela remuneratória e servidor, e será efetuado no mês subsequente com os devidos encargos sociais.

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

O órgão **CESSIONÁRIO** efetuará o reembolso no mês subsequente ao pagamento da remuneração. Na hipótese do não reembolso ao órgão **CEDENTE** durante o prazo de 03 (três) meses consecutivos, ficará sem efeito o ato de cessão, devendo o servidor cedido reapresentar imediatamente ao órgão **CEDENTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo do presente Termo de Cooperação é de 01 (um) ano, a partir de 07/01/2016, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo. A publicação do extrato no *Diário Oficial* do Estado ficará a cargo da AL-MT. Conforme determina o art. 8º da portaria PGR/MPU nº 536/2008, será publicado, a cargo do MPU, extrato também no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo poderá ser modificado através de Termo Aditivo firmado entre as partes, sendo que os casos omissos poderão ser resolvidos quando houver comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente termo será rescindido nos seguintes casos:

I - Comum acordo entre as partes;

II - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

III - Não cumprimento das obrigações assumidas e, previamente estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições estabelecidas, pela superveniência de norma legal, por fato administrativo que o torne formal, materialmente inexecutável, ou a qualquer tempo, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Em obediência às regras do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, compete à Justiça Comum Federal dirimir qualquer dúvida na execução deste Termo de Cooperação.

E, por estarem, assim, justas e convenientes, firmam o presente Termo de Cessão em 02 (duas) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cuiabá-MT, 18 de dezembro de 2015.

Deputado Guilherme Maluf

Presidente da Assembleia Legislativa

Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani

Procuradora da República

Procuradora-Chefe Substituta

PR/MT

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

RG nº. _____

Nome: _____

RG nº. _____

ATO Nº 313/2015

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, II, "a", do Regimento Interno,

COSIDERANDO a necessidade de propiciar maior acessibilidade e celeridade aos trâmites dos processos administrativos da ALMT, por intermédio de Sistema Informatizado de Protocolo;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e visando garantir transparência na tramitação dos processos administrativos da ALMT;

CONSIDERANDO as novas diretrizes adotadas pela Mesa Diretora, biênio 2015/2016, visando assegurar qualidade, transparência e eficiência no desempenho das atividades administrativas desta Casa de Leis realizando o diagnóstico dos Macros Processos Organizacionais Administrativos-MPOA.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com o objetivo de informatizar o Protocolo Central e prestar informações e acompanhar a realização do Diagnóstico dos Macros Processos Organizacionais Administrativos da ALMT.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o Grupo de Trabalho previsto no art. 1º:

GRUPO I

NOME	MATRÍCULA	RESPONSÁVEIS
Tschales Franciel Tscha	22514	COORDENADOR
Waldna Fraga Silva	41366	SUBCOORDENADORA
Demilson Nogueira Moreira	27906	SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO
Giancarlo da Silva Lara Castrillon	21300	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Odenil Rodrigues de Almeida	21513	SECRETÁRIO DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS
Eduardo Alexandre Ricci	23385	SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Francisco Xavier da Cunha Filho	41117	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E INFORMÁTICA
Benedito Palmeira Neto	21745	SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

Nerci Adriano Denardi	41497	SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

GRUPO II		
I - EQUIPE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO PROJETO - SISTEMA DE PROTOCOLO:	MATRÍCULA	SETOR
NOME		
Paola Freitas Penna	41119	Gab. Dep. Guilherme Maluf
Ricardo Gomes de Souza	41060	Procuradoria-Geral
Verônica Canuto de Menezes	41005	Secretaria de Gestão de Pessoas
João Paulo de Albuquerque	41580	Superintendência de Licitação
Suizy Nayara da Costa Padilha	41407	Secretaria de Administração, Patrimônio e Informática
Jussleide Rodrigues Lessing	18272	Ouvidoria-Geral
Adriana Fabia Rodrigues Evangelista	41640	Secretaria-Geral
Nara Vilmar da Silva Lemos	35632	Coordenadoria de Informática
Ana Lúcia dos Santos Biggio	26227	Secretaria de Serviços Legislativos
Ednilma Cristina Moura Costa	21055	Coordenadoria de Segurança Militar

II - EQUIPE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO PROJETO - DIAGNÓSTICO MPOA

NOME	MATRÍCULA	SETOR
Rosângela Aparecida Carneiro	22772	Planejamento Estratégico
Mara Aparecida Flores Quadros	20760	Planejamento Estratégico
Nelma Lúcia Alonso Correia	26336	Planejamento Estratégico

Art. 3º Cabe aos responsáveis de cada Secretaria e aos servidores componentes das equipes técnicas ora instituídas as seguintes atribuições:

a) Garantir o livre acesso dos consultores ao acervo bibliográfico e a dados e informações essenciais à execução dos serviços;

b) Participar das reuniões, palestras e entrevistas patrocinadas pelos consultores;

c) Acompanhar a execução dos trabalhos dos consultores realizados na sede da Assembleia;

d) Analisar o plano de ação, para fins de concordância com os seus termos;

e) Coletar, na forma definida pelos consultores, e juntamente com estes, os dados necessários para a execução das atividades de consultoria;

f) Auxiliar os consultores nas tarefas atinentes à definição de proposições para o Relatório do Projeto;

g) Participar, conjuntamente com os consultores, das decisões acerca de suas atividades;

h) Aprovar e assinar as atas das reuniões de trabalho e relatórios, redigidas pelos consultores;

i) Participar das reuniões de apresentações dos produtos e subprodutos pelos consultores.

Art. 4º O Grupo de Trabalho, composto pelo grupo I e Grupo II, previsto no Art.2º, está designado para desempenhar as atividades afins, durante a jornada de trabalho, sem prejuízo das atribuições regulares dos cargos que exercem.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em Cuiabá, 15 de outubro de 2015.

Dep. GUILHERME MALUF

Presidente

Dep. ONDANIR BORTOLINI "NININHO"

1º Secretário

ATO Nº 067/15

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 35, § 1º, V, combinado com o Art. 382, § 5º, do Regimento Interno, suspende no período de 19 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016 os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Renúncia Fiscal e Sonegação

Fiscal, constituída nos termos do Ato nº 03/15, publicado no Diário Oficial de 20 de março de 2015.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 18 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

RESOLUÇÃO Nº 4.429, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária

Aprova o Balanço Geral/Contas Anuais do Governo do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, VII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Balanço Geral/Contas Anuais do Governo do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2014, nos termos do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 18 de dezembro de 2015.

Dep. Guilherme Maluf - Presidente

Dep. Nininho - 1º Secretário

Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4.428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Mesa Diretora

Concede licença aos Senhores Deputados para ausentarem-se do País no decorrer de 2016.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Art.52 inciso VII do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos Senhores Deputados: Emanuel Pinheiro, Mauro Savi, Nininho, Sebastião Rezerde, Wagner Ramos, Coronel Taborelli, Wancley Carvalho, Eduardo Botelho, Max Russi, Oscar Bezerra, Guilherme Maluf, Saturnino Masson, Wilson Santos, Dilmar Dal Bosco, Gilmar Fabris, Zé Domingos Fraga, Janafina Riva, Pedro Satélite, Baiano Filho, Romoaldo Júnior, Silvano Amaral, Zeca Viana, Dr. Leonardo e Zé Carlos do Pátio, licença para ausentarem-se do País, no decorrer de 20

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2015.

Original assinado: Dep. Guilherme Maluf - Presidente

Dep. Nininho - 1º Secretário

Dep. Wagner Ramos - 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 4.427 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autor: Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária

Aprova o Balanço Geral/Contas Anuais do Tribunal de Contas do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, XXIV, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Balanço Geral/Contas Anuais do Tribunal de Contas do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 16 de dezembro de 2015.